

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em dezembro de 2022

De acordo com dados da execução orçamentária registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ o mês de dezembro de 2022 apresentou um superávit primário de R\$ 1,5 bilhão nas contas do governo central. Como mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 168,9 bilhões nesse mês – decréscimo em termos reais de 7,9% quando comparada com dezembro de 2021 – e a despesa totalizou R\$ 167,4 bilhões – retração de 0,8% na mesma base de comparação. Com os dados de dezembro, o ano de 2022 fechou com superávit primário de R\$ 53,8 bilhões, contra um déficit de R\$ 40,2 bilhões em 2021, ambos a preços de dezembro de 2022.

Em dezembro de 2022, a receita total apresentou um decréscimo em termos reais de 3,6% relativamente ao mesmo mês do ano anterior, fortemente impactado pelas receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) que tiveram uma redução de 18,4%. As receitas administradas pela RFB registraram queda de 1,9%, a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentou um crescimento de 1,1% e as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais aumentaram 16,1%, sempre em termos reais. Com isso, a receita líquida de transferências caiu 7,9%. No acumulado do ano, a receita total registrou uma variação real de 9,6%, fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB, que avançaram 29,4% (tabela 1).

Com relação à despesa total, ainda na tabela 1, o mês de dezembro registrou um decréscimo real de 0,8% relativamente ao mesmo mês de 2021. No acumulado do ano de 2022, a despesa total cresceu 2,2% em relação a 2021, com destaque para a expansão das despesas com a previdência, no valor de R\$ 13,7 bilhões (1,7%), e com despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 80 bilhões (27%). O aumento nessas despesas foi parcialmente compensado pelas reduções de despesas com pessoal – R\$ 22,2 bilhões (-6,1%) – e de outras despesas obrigatórias – R\$ 32,8 bilhões (-9,6%), na mesma base de comparação.

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 10 de janeiro de 2023.

1. Conforme destacado em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/>>.

TABELA 1

Governo central – resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (Preços constantes, R\$ milhões de dez./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-dezembro (Preços constantes, R\$ milhões de dez./2022)		Taxa de variação (%)
	Dez./2021	Dez./2022		2021	2022	
1-Receita Total	223.796	215.812	-3,6	2.144.172	2.350.610	9,6
1.1 - Receita Administrada pela RFB	121.552	119.216	-1,9	1.328.390	1.414.484	6,5
1.2 - Incentivos Fiscais	-79	-	-100	-175	-53	-69,8
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	67.257	67.979	1,1	511.772	542.549	6,0
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	35.066	28.617	-18,4	304.186	393.630	29,4
2. Transf. Por Repartição de Receita	40.432	46.924	16,1	392.290	466.098	18,8
3. Receita Líquida (1-2)	183.364	168.888	-7,9	1.751.882	1.884.512	7,6
4. Despesa Total	168.735	167.396	-0,8	1.792.048	1.830.735	2,2
4.1 Benefícios Previdenciários	58.764	56.275	-4,2	789.179	802.914	1,7
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	37.291	36.348	-2,5	365.608	343.399	-6,1
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	22.847	31.235	36,7	340.525	307.701	-9,6
4.4 Desp. do Poder Exec. Sujeitas à Programação Financeira	49.833	43.537	-12,6	296.735	376.721	27,0
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	14.629	1.493	-89,8	-40.166	53.777	-233,9

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, o mês de dezembro apresentou uma redução real de arrecadação de R\$ 2,3 bilhões (-1,9%) na base interanual. O crescimento da arrecadação do Imposto de Renda em R\$ 6 bilhões (10,5%) e de outras receitas administradas pela RFB em R\$ 696 milhões (56,1%) foi insuficiente para compensar a queda de arrecadação nos demais itens de receita, da ordem de R\$ 9,1 bilhões. As receitas não administradas tiveram redução real de R\$ 6,4 bilhões (-18,4%) em relação ao mesmo mês de 2021, com destaque para dividendos e participações, com redução real de R\$ 6,4 bilhões. No acumulado de 2022, as receitas totais registraram um crescimento real, quando comparadas com o ano anterior, de R\$ 206,4 bilhões (9,6%), com as receitas administradas em alta de R\$ 86,1 bilhões (6,5%), as não administradas aumentando R\$ 89,4 bilhões (29,4%) e a arrecadação líquida para o RGPS crescendo R\$ 30,8 bilhões (6%). O bom desempenho das receitas administradas no acumulado de 2022, em comparação com 2021, tem como destaques as variações positivas no Imposto de Renda – R\$ 102,5 bilhões (17,8%); no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – R\$ 5,8 bilhões (10,6%); e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – R\$ 34,2 bilhões (26,8%). Essas foram mais do que suficientes para compensar a queda de arrecadação e/ou desoneração de R\$ 56,3 bilhões. Nas receitas não administradas, os destaques são as concessões e permissões, os dividendos e participações e a exploração de recursos naturais, que tiveram expressivo crescimento em 2022, fechando o ano com uma arrecadação de R\$ 269,2 bilhões contra o montante arrecadado de R\$ 162,6 bilhões em 2021, em valores de dezembro de 2022, aumento, portanto, de R\$ 106,5 bilhões (65,5%).

Ao desagregar as despesas (tabela 3), fica evidente o impacto em dezembro de outras despesas obrigatórias – principalmente créditos extraordinários – e de despesas obrigatórias com controle de fluxo – influenciadas pelo pagamento do Auxílio Brasil –, totalizando uma expansão real de R\$ 10,6 bilhões, quando comparadas com o mesmo mês de 2021. Esse montante foi compensado pela redução de despesas com previdência, pessoal e encargos sociais e discricionárias. Em 2022, as despesas aumentaram R\$ 38,7 bilhões (2,2%) em termos reais, com alguns itens apresentando crescimento real no ano, como o pagamento de abono e seguro-desemprego, com alta de 27,6% (influenciado pelo ajuste no calendário do abono salarial adotado em 2021); as despesas com complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que subiram 37%; os gastos com subsídios, subvenções e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que cresceram 92,0%; e as despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, com aumento de 27%, muito em função do Auxílio Brasil em 2022, o qual elevou o valor do benefício médio e a população coberta em relação ao programa de transferência de renda anterior. Entretanto, outros itens de despesa registraram expressivas reduções em 2022, com destaque para os créditos extraordinários, rubrica fortemente impactada pela pandemia de covid-19 em 2021, sem contrapartida em 2022, que tiveram uma queda de R\$ 74,8 bilhões (-57,6%), e a despesa com pessoal e encargos sociais, com recuo de R\$ 22,2 bilhões (-6,1%), em comparação com o ano anterior.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (Preços constantes, R\$ milhões de dez./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-dezembro (Preços constantes, R\$ milhões de dez./2022)		Taxa de variação (%)
	Dez./2021	Dez./2022		2021	2022	
1-Receita Total	223.796	215.812	-3,6	2.144.172	2.350.610	9,6
1.1 - Receita Administrada pela RFB	121.552	119.216	-1,9	1.328.390	1.414.484	6,5
1.1.1 Imposto de Importação	5.692	4.674	-17,9	68.861	60.088	-12,7
1.1.2 IPI	6.313	4.836	-23,4	79.153	60.989	-22,9
1.1.3 Imposto de Renda	57.097	63.120	10,5	576.482	678.941	17,8
1.1.4 IOF	6.022	5.218	-13,4	54.301	60.053	10,6
1.1.5 Cofins	28.240	24.298	-14,0	304.731	281.397	-7,7
1.1.6 PIS/Pasep	7.757	6.814	-12,1	84.482	81.375	-3,7
1.1.7 CSLL	8.898	8.306	-6,6	127.618	161.822	26,8
1.1.8 CIDE Combustíveis	293	13	-95,7	2.117	1.712	-19,1
1.1.9 Outras Receitas Administradas pela RFB	1.240	1.936	56,1	30.644	28.107	-8,3
1.2 - Incentivos Fiscais	-79	-	-100	-175	-53	-69,8
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	67.257	67.979	1,1	511.772	542.549	6,0
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	35.066	28.617	-18,4	304.186	393.630	29,4
1.4.1 Concessões e Permissões	3.173	3.657	15,3	10.721	47.359	341,8
1.4.2 Dividendos e Participações	13.130	6.726	-48,8	47.465	87.876	85,1
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.781	1.567	-12,0	19.883	17.559	-11,7
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5.601	5.487	-2,0	104.440	133.920	28,2
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.705	1.297	-23,9	18.482	20.930	13,2
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	3.594	3.796	5,6	26.603	27.718	4,2
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	8	87	981,1	34	87	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	6.074	5.999	-1,2	76.558	58.180	-24,0
2. Transf. Por Repartição de Receita	40.432	46.924	16,1	392.290	466.098	18,8
3. Receita Líquida (1-2)	183.364	168.888	-7,9	1.751.882	1.884.512	7,6

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; PIS/Pasep – Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; LC – lei complementar.

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (Preços constantes, R\$ milhões de dez./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-dezembro (Preços constantes, R\$ milhões de dez./2022)		Taxa de variação (%)
	Dez./2021	Dez./2022		2021	2022	
4. Despesa Total	168.735	167.396	-0,8	1.792.048	1.830.735	2,2
4.1 Benefícios Previdenciários	58.764	56.275	-4,2	789.179	802.914	1,7
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	37.291	36.348	-2,5	365.608	343.399	-6,1
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	22.847	31.235	36,7	340.525	307.701	-9,6
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.398	3.064	-9,8	51.493	65.710	27,6
4.3.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.990	6.732	12,4	75.230	80.109	6,5
4.3.3 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	5.274	13.036	147,2	129.901	55.053	-57,6
4.3.4 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	504	0	-100,0	8.111	3.180	-60,8
4.3.5 FUNDEB (Complem. União)	2.722	2.810	3,3	24.433	33.482	37,0
4.3.6 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.993	2.588	29,8	12.163	15.386	26,5
4.3.7 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	352	332	-5,5	5.439	4.055	-25,5
4.3.8 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	262	442	68,8	21.017	17.556	-16,5
4.3.9 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.196	1.534	28,3	8.321	15.980	92,0
4.3.10 Impacto Primário do FIES	471	0	-100,0	-1.467	555	-137,8
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	686	697	1,6	5.883	16.636	182,8
4.4 Despesas do Poder Exec. Sujeitas à Programação Financeira	49.833	43.537	-12,6	296.735	376.721	27,0
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.335	22.498	10,6	160.929	222.938	38,5
4.4.2 Despesas Discricionárias	29.498	21.039	-28,7	135.806	153.783	13,2

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas/RMV – Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Diretor Substituto)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Editor)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)

Fábio Servo

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa

Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Felipe Moraes Cornelio

Paulo Mansur Levy

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Diego Ferreira

Diego Rosalino Marques

Felipe dos Santos Martins

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Pedro Mendes Garcia

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
